

## NOTAS E COMENTÁRIOS

### TRIBUNAIS DE CONTAS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA REÚNEM-SE EM LISBOA

Em junho deste ano de 1998, em Lisboa, o Tribunal de Contas de Portugal recebeu em sua sede, em Lisboa, os Presidentes e outros representantes da Comissão Instaladora do Tribunal de Contas de Angola e das Entidades Fiscalizadoras Superiores do Brasil, Moçambique e São Tomé e Príncipe e, na condição de observadores, de Macau. Essa Reunião da Comissão Mista de Cooperação dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa, sob a presidência do Dirigente da Instituição anfitriã, Juiz-Conselheiro Dr. Alfredo José de Sousa, constituiu-se num importante fórum de debates de questões relacionadas com a cooperação que se vem desenvolvendo entre as Entidades de Controle dos Países lusófonos.

Representaram o TCU na Reunião, além do Ministro-Presidente Homero Santos, os Ministros Adhemar Ghisi e Marcos Vilaça, Membros da Comissão Mista de Cooperação, e o Secretário-Geral de Administração Antônio José Ferreira da Trindade. O Ministro Luciano Brandão Alves de Souza participou na condição de Secretário-Geral da Comissão.

Dos sete Tribunais signatários do *Memo-randum* de Entendimentos firmado em Lisboa em 1995, deixaram de comparecer o Tribunal de Contas de Cabo Verde e o Tribunal de Contas da Guiné-Bissau. A ausência da Instituição guineense foi muito lamentada, tendo em vista que se deveu à grave situação política por que passa aquele País. A esse respeito, os participantes da Reunião aprovaram proposta do Ministro Adhemar Ghisi no sentido de ser encaminhada Moção de Solidariedade ao Tri-

bunal de Contas da Guiné-Bissau, extensiva a toda a nação guineense. Cópia desse documento foi enviada à Secretaria-Executiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa — CPLP.

A discussão dos temas ligados ao desenvolvimento da cooperação entre os sete Tribunais foi precedida da leitura de mensagem de agradecimento encaminhada pelo Arquiteto Oscar Niemeyer aos representantes das Instituições de Controle reunidos na capital portuguesa. O agradecimento — cujo inteiro teor se segue — foi pela homenagem a ele prestada durante o III Encontro dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa, em razão da criação e oferta do logotipo da Organização que congrega esses Tribunais.

Foi o seguinte o teor da mensagem de Oscar Niemeyer:

*“Gostaria de agradecer a homenagem recebida aos integrantes da associação dos Tribunais de Contas da área lusófona.*

Sempre tive interesse pela atuação corajosa e integradora dessa Comunidade, tendo em vista as notícias que me dá o titular de sua Secretaria-Geral, um amigo muito querido que me honrou com a tarefa de conceber o logotipo.

A idéia de que parti, bastante conforme ao espírito destes povos de língua portuguesa, é a do enlace permanente. Enlace comum a essa gente que não teme defender a independência, a liberdade e o compromisso. Povos irmanados pela língua, aproximados pelos ‘mares salgados’ sempre dispostos à ação integrativa,

proporcionando ao novo milênio o exemplo da união lúcida, refletida, assentada na emoção da fraternidade.

Que juntos vocês prossigam nesse canto pela liberdade, rejeitando reciprocidades silenciosas e disseminando a ação pela Paz.”

Um dos temas debatidos na Reunião foi o texto do Anteprojeto do Estatuto da Organização dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa. Elaborado pela Secretaria-Geral da Comissão Mista, esse documento foi por ela apresentado às Instituições da Comunidade durante o III Encontro dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa, realizado na Cidade de Maputo, Moçambique, em outubro último.

Para elaborar o Projeto de Estatuto a partir do texto existente e apresentá-lo durante o próximo IV Encontro dos Tribunais, foi escolhido como Relator o Tribunal de Contas de Portugal. O Presidente da Instituição portuguesa solicitou a todos o envio de contribuições para o Anteprojeto até a realização desse Encontro. Não obstante, durante os debates havidos em Lisboa já se anteciparam várias sugestões, como o ingresso, na Organização, da EFS que venha a ser criada no Timor Leste, após a retomada de autonomia por aquele país, e do Tribunal de Contas de Macau, com a condição de observador.

Das ações empreendidas, ao longo dos últimos doze meses, pelo Centro de Estudos e Formação — núcleo criado pelo *Memorandum* de Entendimentos, com sede no Tribunal de Contas de Portugal — e pela Secretaria-Geral da Comissão Mista de Cooperação, com sede no TCU, foi dada ciência aos participantes da Reunião. O Secretário-Geral da Comissão, Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, e o Diretor-Geral do Tribunal português, Juiz-Conselheiro Dr. José Tavares, apresentaram Relatórios com a descrição de todas as atividades em suas respectivas áreas.

A avaliação geral das ações desenvolvidas de outubro de 1997 (época em que foi realizado o III Encontro dos Tribunais) até a data da Reunião foi bastante positiva. Todos consideraram que o intercâmbio técnico vem se desenvolvendo satisfatoriamente.

Tratou-se também da realização dos futuros Encontros dos Tribunais, avaliando-se a conveniência de diferentes datas e locais. Sobre o assunto, ficou deliberado que, em 1999, o IV será realizado em São Tomé e Príncipe; o V, no ano 2.000, ocorrerá no Brasil, durante as comemorações dos 500 anos do Descobrimento.

Outro ponto enfatizado foi a instalação do Tribunal de Contas de Angola, cuja Lei de criação data de janeiro de 1996. Buscando proporcionar apoio à Comissão Instaladora desse Tribunal, visando ao início do funcionamento da Instituição de Controle, decidiu-se que, ainda neste ano de 1998, os Presidentes dos Tribunais de Contas de Portugal e do Brasil e o Secretário-Geral da Comissão Mista iriam a Angola para estabelecerem contatos com o governo e o parlamento daquele País acerca da instalação definitiva do seu Tribunal de Contas.

No final da Reunião, todas as delegações presentes fizeram suas avaliações sobre o andamento das ações de cooperação dos Tribunais lusófonos, seja analisando o desempenho da Secretaria-Geral e do Centro de Estudos e Formação, seja fazendo sugestões de ordem prática, trazendo suas preocupações e abordando necessidades específicas de seus respectivos Tribunais.

Foi assim a Reunião de Lisboa, bastante proveitosa, tendo resultado na definição de várias matérias importantes. Todo o evento transcorreu num favorável clima de confraternização que, aliás, já se vinha desenvolvendo ao longo dos dias anteriores. É que no período de 24 a 26 de junho, os Tribunais de Contas da CPLP haviam participado, como observadores, do Seminário da Eurosai, evento igualmente organizado e realizado pelo Tribunal de Contas de Portugal.

O tema desse Seminário foi *A Independência das Instituições Supremas de Controle*. Os debates despertaram vivo interesse, em virtude do excelente nível das intervenções feitas e das diferenças entre as trinta e quatro Entidades européias participantes, em termos de natureza, competência, jurisdição e

condições de funcionamento. Como parte da programação, foi realizada visita à EXPO-98, ocasião em que puderam ser apreciados aspectos do conhecimento dos Oceanos e da História dos Descobrimentos.

*Ministro Luciano Brandão Alves de Souza*  
— é o Secretário-Geral da Comissão Mista de Cooperação Técnica, Científica e Cultural dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa.